

A. I. N° - 923917-0/02
AUTUADO - RIO CORRENTE DIESEL LTDA.
AUTUANTE - RENATO REIS DINIZ DA SILVA
ORIGEM - INFAZ ITABUNA
INTERNET - 30.12.02

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0463-01/02

EMENTA: ICMS. NULIDADE. BASE DE CÁLCULO. FALTA DE LIQUIDEZ. SÚMULA CONSEF N° 1. Não consta nos autos de que modo o imposto foi apurado. Auto de Infração **NULO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado pela fiscalização do trânsito de mercadorias em 11/6/2002, acusa o transporte de 10.950 litros de óleo diesel sem documentação fiscal. ICMS lançado: R\$ 1.861,50. Multa: 100%.

O autuado apresentou defesa alegando que a mercadoria foi adquirida através da Nota Fiscal 3997 da Chebabe Distribuidora de Petróleo S.A. Observa que não estava transportando apenas 10.950 litros, mas sim 30.000 litros, pois o Conhecimento de Transporte fazia menção a várias Notas Fiscais. Faz uma série de considerações para demonstrar a regularidade da situação. Requer a improcedência do lançamento. Dá destaque ao fato de se tratar de mercadoria cujo imposto é pago por substituição. Juntou cópias de documentos fiscais.

O fiscal autuante prestou informação observando que o Conhecimento de Transporte anexo à fl. 12 diz respeito a mercadoria transportada pelo veículo Volvo de placa JLR-3038, destinando mercadorias para diversos clientes do autuado na mesma data da autuação, não se relacionando com a operação em lide, uma vez que, de acordo com o Termo de Apreensão, as mercadorias estavam sendo transportadas pelo veículo Volvo de placa AAR-9192. Opina pela manutenção do procedimento.

VOTO

O lançamento de crédito tributário é um ato vinculado, devendo a autoridade fiscalizadora agir nos estritos termos da legislação. Além das regras de direito material e formal estipuladas nas leis e regulamentos, existem rotinas administrativas a serem observadas, visando à correção da atividade fiscalizadora.

Este Auto de Infração é nulo, com fundamento na Súmula CONSEF n° 1: é nulo o procedimento fiscal que não contenha, de forma clara e compreensiva, a demonstração da base de cálculo e o método aplicado para a apuração do tributo.

Estou certo, em minhas conclusões, de estar seguindo a jurisprudência deste Órgão. O RPAF/99, no art. 18, II e IV, “a”, tem por nulo o procedimento nessas circunstâncias. A repartição fiscal deverá analisar se existem elementos que justifiquem a renovação do procedimento. É evidente que o contribuinte poderá sanar alguma irregularidade porventura existente, antes do início de nova ação fiscal.

Voto pela NULIDADE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **NULO** o Auto de Infração nº 923917-0/02, lavrado contra **RIO CORRENTE DI-ESEL LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de dezembro de 2002.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS – JULGADORA